

Competências de leitura, escrita e aritmética em uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 convoca países a “assegurar a educação de qualidade inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (WEF, 2015). Competências de leitura, escrita e aritmética são essenciais não apenas para tornar realidade esse objetivo e as dez metas relacionadas estabelecidas no Marco de Ação da Educação 2030, mas também para alcançar os outros 16 objetivos dos ODS. No entanto, as competências de leitura, escrita e aritmética somente podem atingir seu pleno potencial para “transformar nosso mundo” se forem abordadas a partir de uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida (Hanemann, 2015) e trazidos para mais perto da vida das pessoas através de abordagens integradas e multissetoriais que mudam o foco da oferta para a demanda. Isso significa trabalhar para alcançar “famílias alfabetizadas”, “comunidades alfabetizadas” e “sociedades alfabetizadas”, compostas por pessoas que aprendem ao longo de suas vidas de maneira independente, confiante e eficaz.

A meta da Educação 2030

A meta 4.6 do ODS 4 exige que os Estados-membros garantam que, até 2030, ‘todos os jovens e uma proporção substancial de adultos, tanto homens quanto mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido conhecimentos básicos em matemática (WEF, 2016). Os princípios, as estratégias e as ações para essa meta são “apoiados por um entendimento contemporâneo da alfabetização não como uma simples dicotomia entre ‘analfabeto’ versus ‘alfabetizado’, mas como um contínuo de níveis de proficiência” que “dependem de contextos específicos”. O objetivo prevê que “até 2030, todos os jovens e adultos, no mundo todo, deverão ter alcançado níveis de proficiência relevantes e reconhecidos em leitura, escrita e aritmética funcionais, que sejam equivalentes aos níveis alcançados após a conclusão bem-sucedida da educação básica” (WEF, 2016).

O ODS 4.6 é uma das três metas globais quantitativas que expressam o compromisso de universalizar a educação básica para todos até 2030; os outros são a meta 4.1 (que prevê um ciclo completo de nove a 12 anos de educação primária e secundária pública e gratuita) e a meta 4.2 (pelo menos um ano de ensino pré-primário). Levando em consideração os diferentes contextos e pontos de partida dos países, os parâmetros de referência deverão ser estabelecidos em âmbito nacional. Os progressos serão avaliados de acordo com o seguinte indicador global: “Porcentagem da população em determinada faixa etária que alcance pelo menos um nível fixo de proficiência funcional em (a) leitura e escrita e (b) aritmética, por sexo” (UIS, 2016). Muitos países ainda precisam desenvolver ou adotar quadros de referências, ferramentas e metodologias necessários para possibilitar o monitoramento do indicador dessa meta

UIL/2017/PI/H/1

O conceito de literacia (*) normalmente se refere a uma série de habilidades e práticas, incluindo leitura, escrita e o uso de números mediados por materiais escritos. No entanto, o termo evoluiu para um conceito multidimensional e complexo. Ao mesmo tempo que se reconhece a “pluralidade” da literacia e de suas práticas, é necessário usar uma terminologia que seja clara e inteligível para todos. Isso envolve evitar o uso metafórico do termo (em inglês, por exemplo, *computer literacy, financial literacy, health literacy*) para designar competências ou habilidades em sentidos diferentes daqueles diretamente relacionados ao texto escrito. Literacia é melhor entendida como uma competência: a capacidade de colocar conhecimento, habilidades, atitudes e valores em ação de forma efetiva quando se lida com textos (escritos à mão, impressos ou digitais) em um contexto de demandas em constante transformação.

Educação básica – é o termo usado, algumas vezes, para fazer referência à educação fundamental, elementar ou primária/secundária – consiste em, pelo menos, nove anos e se estende, progressivamente, a até 12 anos de estudo. É gratuita, compulsória e prepara os estudantes para educação dos anos seguintes, assim como

para a vida ativa e a cidadania, enquanto atende às necessidades básicas de aprendizagem incluindo aprender a aprender e também a aquisição de competências de leitura, escrita, matemática e conhecimento científico e tecnológico aplicado à vida cotidiana. Uma educação básica equivalente é oferecida a jovens e adultos que não tiveram oportunidade de receber e completar a educação básica na idade apropriada (UNESCO, 2009).

Com base em valores emancipatórios, humanísticos e democráticos, a **aprendizagem ao longo da vida** tem como fundamento a integração da aprendizagem com a vida cotidiana, de forma a abranger atividades de aprendizagem para pessoas de todas as idades, em todos os contextos da vida (casa, escola, local de trabalho, comunidade, etc.) e por meio de modalidades formais, não formais e informais (UNESCO, 2014). Em um mundo complexo e em constante mudança, a aprendizagem ao longo da vida vem se tornando “uma filosofia, um marco conceitual, e um princípio organizador para todas as formas de educação” (UIL, 2010, p. 5).

(*) Aqui, se usa o termo ‘alfabetização’ como um processo de ensino e aprendizagem de leitura, escrita, e aritmética, enquanto ‘literacia’ (incluindo ‘numeracia’) se refere a uma competência resultante deste processo.

Literacia em uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida

Na sociedade atual, caracterizada por rápidas mudanças, todos precisam ter um vasto conjunto de conhecimentos, habilidades e competências, incluindo leitura, escrita, cálculo e competências digitais em um nível de proficiência, que permita aprender, adaptar e participar da vida social, econômica, cultural e cívica. O Programa para Avaliação Internacional das Competências de Adultos (*Programme for the International Assessment of Adult Competencies* – PIAAC) indica que adultos com baixos níveis de proficiência em leitura, escrita, cálculo e resolução de problemas em ambientes ricos em tecnologia enfrentam maior risco de desemprego, maior incidência de pobreza e exclusão social, além de riscos de saúde mais elevados e menor expectativa de vida, enquanto seus filhos enfrentam maior risco de apresentarem baixos resultados escolares (OCDE, 2016).

A literacia não pode mais ser tratada como um conjunto de habilidades isoladas, desenvolvidas e “concluídas” em um curto espaço de tempo. Ela deve ser percebida como componente de um

complexo conjunto de competências essenciais, que requerem aprendizagem constante e atualização em uma base contínua. O desenvolvimento dessas competências essenciais é o cerne da educação básica e contribui significativamente para tornar os ODS realidade. Ainda que os níveis necessários de proficiência e a forma como as pessoas aplicam as habilidades em leitura e escrita dependam de contextos e propósitos específicos, o nível mínimo de literacia a ser atingido por todos os cidadãos de um país deve ser estabelecido no âmbito das políticas públicas, se possível com base em um amplo consenso, e esse nível deve ser autorizado a evoluir ao longo do tempo. Há um reconhecimento crescente, refletido no Marco de Ação da Educação 2030, de que a conclusão da educação básica tende a ser o requisito mínimo para a participação plena na sociedade, para a empregabilidade e também para o acesso à aprendizagem contínua.

Expandindo a visão

Hanemann (2015) oferece um quadro analítico para a “alfabetização ao longo da vida” que permite examinar as atuais tendências de alfabetização em uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. Esse

quadro é composto de três dimensões intimamente relacionadas: (1) a alfabetização como um processo de aprendizagem ao longo da vida, (2) a alfabetização como um processo abrangente a todas as esferas da vida, e (3) a alfabetização como parte de um conjunto de reformas holísticas, setoriais e inter-setoriais rumo a sistemas de aprendizagem ao longo da vida.

1) Alfabetização como um processo de aprendizagem ao longo da vida

O processo de alfabetização é uma atividade contínua, em direção a diferentes níveis de proficiência. Níveis de competência adquiridos em determinado momento podem ser insuficientes, desatualizados ou perdidos em outro momento. Não faz sentido falar que alguém seja “alfabetizado” ou “analfabeto”. A alfabetização é um contínuo de aprendizagem com diferentes níveis de proficiência. O objetivo das políticas deve ser o de “melhorar os níveis de literacia” em vez de “erradicar o analfabetismo”. A aquisição e o desenvolvimento de habilidades de escrita e leitura ocorre antes, durante e após a educação primária, dentro e fora da escola, e por meio de aprendizagem formal, não formal e informal, ao longo da vida de uma pessoa. Nunca é muito cedo ou muito tarde para começar o processo de alfabetização e aprendizagem aritmética.

(2) Alfabetização como um processo abrangente a todas as esferas da vida

Pessoas usam e desenvolvem suas habilidades de leitura e escrita de formas diferentes em uma ampla gama de esferas da vida. Há muitos recursos, em diferentes espaços ou lugares – em casa, na comunidade, no trabalho, na mídia (eletrônica), na internet e em centros culturais, bibliotecas, museus etc. – que complementam e melhoram aulas de alfabetização. Reforçar a ênfase na demanda de um “ambiente letrado” é ligar a alfabetização às atividades econômicas, sociais e culturais que as pessoas querem ou precisam desenvolver em suas vidas diárias, criando, assim, requisitos e oportunidades para o uso, a melhoria e a retenção de habilidades de literacia para torná-las permanentes. Programas relacionados tentam integrar conhecimentos e habilidades (ou seja, educação e formação técnica e profissional e outras habilidades práticas e “para a vida”) - em esferas e domínios da vida, como meios de subsistência, saúde, direitos humanos, cidadania, igualdade de gênero e parentalidade, - com o desenvolvimento de competências de literacia aritmética e digitais. (Para exemplos ver a base de dados de Práticas Eficazes de Literacia e Aritmética (*Effective Literacy and Numeracy Practices Database*) da UNESCO, disponível em: <http://www.unesco.org/uil/litbase/>, em inglês e francês).

(3) Alfabetização como parte de um conjunto de reformas holísticas, setoriais e inter-setoriais rumo a sistemas de aprendizagem ao longo da vida

Reformas educacionais que promovem o desenvolvimento de sistemas de aprendizagem ao longo da vida adotam uma abordagem holística e setorial com um horizonte de planejamento de longo prazo. A visão da aprendizagem ao longo da vida apoia a noção de construir pontes entre os diferentes componentes, atores, instituições, processos, espaços de aprendizagem (esferas de vida) e momentos (fases de vida) para desenvolver sistemas de aprendizagem desenhados holisticamente. A alfabetização ao longo da vida abrange o espectro completo de aprendizagem ao longo da vida e em todas as esferas da vida, implicando um contínuo de níveis de proficiência, que exigem sistemas de aprendizagem institucionalizados flexíveis e que apoiem abordagens integradas em todas as fases da vida de uma pessoa e em diversas situações de vida. Além disso, uma abordagem holística para a alfabetização procura associá-la a outras tarefas essenciais de desenvolvimento, de forma a tornar a alfabetização parte das estratégias nacionais de desenvolvimento.

A combinação bem-sucedida de aprendizagem e de vivência requer uma abordagem inter-setorial que atravesse todas as áreas relevantes do desenvolvimento (saúde, agricultura, trabalho, segurança social, meio ambiente, cultura etc.), além do setor de educação.

Recomendações para políticas públicas

As seguintes recomendações para a adoção de políticas públicas são baseadas na análise de exemplos de políticas e programas de alfabetização para jovens e adultos que tenham adotado abordagens holísticas, multissetoriais e em uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida:

1. Prestar especial atenção à demanda por ambientes letrados e ao desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem

Uma estratégia de aprendizagem ao longo da vida para a alfabetização de jovens e adultos deve prestar atenção a como a literacia se encaixa na vida dos educandos, o que significa para eles e onde podem estar as fontes potenciais de interesse ou dificuldade. Essa estratégia não deve responder somente às necessidades de governo e de outras instituições com o poder de decidir quais tipos de prática de literacia são valorizados, apoiados e legitimados, mas também deve reconhecer práticas de literacia e fontes de conhecimento que já existem na vida cívica e nos contextos locais. Tal estratégia deverá

abrir e fortalecer diferentes pontos de acesso para a alfabetização (por exemplo, bibliotecas, cybercafés, centros de saúde, centros de emprego etc.), bem como criar oportunidades de aprendizagem estruturadas, juntamente com outras atividades (informais) projetadas para desenvolver e sustentar a literacia. A criação de uma demanda efetiva por alfabetização e de uma cultura de aprendizagem apoiada por ambientes letrados e dinâmicos – também nas línguas locais – deve ser um foco de políticas e estratégias de alfabetização.

2. Enfrentar os desafios nacionais de alfabetização com abordagens multissetoriais integradas

Há uma variedade de oportunidades para trazer a alfabetização e a aritmética para mais perto da vida das pessoas. Por meio de abordagens integradas e multissetoriais – como alfabetização e aprendizagem em família; alfabetização incorporada à formação profissional ou ligada à geração de renda; e alfabetização como parte dos meios de subsistência, de programas da extensão agrícola ou de saúde –, a alfabetização pode se tornar mais significativa, inspiradora e “natural”, especialmente para os grupos populacionais desfavorecidos. Fazer da alfabetização “um assunto de todos” significa que os diferentes ministérios e entidades governamentais precisam partilhar a responsabilidade de enfrentar o desafio nacional de alfabetização de forma colaborativa. Trata-se de vincular programas de alfabetização à mudança social e ao desenvolvimento sustentável, incorporando a alfabetização a estratégias nacionais de desenvolvimento, à promoção de parcerias estratégicas e de sinergias entre setores, e compromisso (financeiro) de prazo mais longo.

3. Possibilitar a continuidade do desenvolvimento da alfabetização e da aritmética para obter qualificação na educação básica

As políticas devem ser orientadas com vistas a manter e melhorar de forma contínua o desenvolvimento de competências de literacia e aritmética e, ao mesmo tempo, encorajar as pessoas a aprender novas competências (competência digital, por exemplo), em vez de lutar para a “erradicação do analfabetismo” como uma meta política. Em muitos países, ainda é preciso oferecer programas de alfabetização de jovens e adultos que ultrapassem os primeiros níveis e incluam disposições para certificados reconhecidos. Portanto, os governos devem proporcionar aos jovens e adultos oportunidades de aprendizagem que permitam continuidade do desenvolvimento da literacia e aritmética, pelo menos até o nível de proficiência do ensino básico. Além disso, tendo em vista o objetivo de universalizar a educação básica, os governos devem também encorajar e apoiar cidadãos para alcançar a educação básica como um nível mínimo de qualificação.

4. Integrar alfabetização e aritmética básica em sistemas de aprendizagem holisticamente concebidos e em estratégias setoriais

Integrar a alfabetização em sistemas de aprendizagem holisticamente concebidos exige programas que sejam estruturados em níveis de progressão graduada de desenvolvimento de competências, além de diferentes vias que atendam a uma diversidade de necessidades de aprendizagem. Tais sistemas precisam incluir literacia em quadros comuns que abranjam educação formal e não formal e alcancem níveis de proficiência básicos e avançados (por exemplo, quadros nacionais de qualificações). Eles também devem incorporar ferramentas padronizadas para avaliar os níveis de proficiência dos educandos/cidadãos para diagnosticar, monitorar e validar o progresso e resultados de aprendizagem. Mecanismos de reconhecimento, validação e certificação dos resultados da aprendizagem não formal e informal deverão ser parte desses sistemas e devem ser acompanhados de serviços de orientação e aconselhamento eficazes. A integração da alfabetização em estratégias abrangentes do setor de educação e seus planos – ou mesmo em políticas de aprendizagem ao longo da vida, quadros de referência e sistemas mais amplos – deve ser promovida como uma abordagem eficaz para tornar a alfabetização uma prioridade nacional. Isso deve ser visto como um indicador do compromisso político de longo prazo e propício para parcerias para o desenvolvimento, a estabilidade financeira e a continuidade.

5. Fazer da alfabetização e da aritmética instrumentos fundamentais para a realização dos ODS

À luz dessa compreensão mais ampla, a alfabetização é uma condição essencial para a redução da pobreza, a inclusão e o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de comunidades marginalizadas e as abordagens baseadas na comunidade para a alfabetização para o desenvolvimento sustentável devem ser o foco das estratégias nacionais de desenvolvimento. Os benefícios de programas de alfabetização de jovens e adultos vão além daqueles explicitados nos ODS, como aumento da autoestima, do empoderamento, da abertura à mudança e da retomada da aprendizagem. A alfabetização e a educação desempenham um papel vital na promoção da tolerância à diversidade e na prevenção de conflitos. Portanto, a alfabetização e aritmética deveriam ser promovidos em uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, para que possam desenvolver seu potencial transformador.

Publicado em 2017

© UNESCO Institute for Lifelong Learning

O Instituto da UNESCO para a Aprendizagem ao Longo da Vida desenvolve pesquisa, capacitação, atividades em rede e publicações sobre aprendizagem ao longo da vida com foco em adultos e educação continuada, alfabetização e educação básica não formal. Suas publicações são um recurso valioso para pesquisadores da educação, planejadores, formuladores e gestores de políticas e profissionais: <http://uil.unesco.org/>



Referencias

- Hanemann, U. 2015. Lifelong literacy: Some trends and issues in conceptualizing and operationalizing literacy from a lifelong learning perspective. *International Review of Education – Journal of Lifelong Learning*, 61 (3), pp. 295–326.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2016. *Skills matter: Further results from the Survey of Adult Skills*. OECD Skills Studies. Paris, OECD Publishing.
- UIL (UNESCO Institute for Lifelong Learning). 2010. *Belém Framework for Action: Harnessing the power and potential of adult learning and education for a viable future*. Hamburg, UIL.
- UIS (UNESCO Institute for Statistics). 2016. Table with indicators adopted at the 2nd meeting of the Technical Cooperation Group (TCG) for SDG 4. Available at: <http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/tcgthematic-education-indicators-final.xlsx> [Acesso em 31 dez. 2016].
- UNESCO. 2009. *Experts' Consultation on the Operational Definition of Basic Education, 17–18 December 2007*. Paris, UNESCO.
- UNESCO. 2014. UNESCO Education Sector Technical Note on lifelong learning. Available at: <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/strengthening-education-systems/quality-framework/technical-notes/> [Acesso em 31 dez. 2016].
- WEF (World Education Forum). 2016. *Incheon Declaration and Framework for Action. Education 2030: Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all*. Available at: <http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/incheon-framework-for-action-en.pdf> [Acesso em 30 dez. 2016].